

Palocci: Não há pacote, mas agenda de crescimento

Para o ministro, BC tomou a decisão 'adequada', no momento 'correto', com efeitos imediatos

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, negou ontem que o governo esteja fechando um pacote de emergência para reverter o quadro de retração da economia. "Devemos, sim, ter uma agenda que vá trabalhando as questões restritivas ao processo econômico."

A redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a vista de 60% para 45%, anunciada ontem pelo Banco Central, por exemplo, é vista pelo ministro como "uma medida eficiente, que se soma a um conjunto de medidas que estamos tomando nas últimas semanas e indicam a consolidação de um ambiente de equilíbrio econômico e de possibilidades reais de aquecimento da economia, de estabelecimento de uma pauta ordenada de crescimento."

Na avaliação do governo, um dos fatos que possibilitaram a redução do compulsório foi a aprovação em primeiro turno, da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados. "A Nação recebeu uma notícia que talvez não tivesse recebido se não tivesse a aprovação da reforma da Previdência", comentou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com governadores. O relato é do governador do Amazonas, Eduardo Braga (PSB).

Segundo o ministro da Fazenda, o Banco Central tomou uma decisão "adequada" no momento correto, que vai produzir "efeitos imediatos" na redução do spread bancário. "Essa medida do BC mostra que a



Dida Sampaio/AE

Antônio Palocci: não há queda generalizada na atividade econômica

Co presidente entendeu que (o IPI dos carros) era uma decisão técnica e não política

Ministro Antônio Palocci

diretoria tem tranquilidade com relação à convergência dos índices de inflação para as metas estabelecidas pelo governo." O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, disse que o governo reduziu o compulsório porque acredita que a

demandas por crédito crescerá nos próximos meses. "Estamos nos adiantando, o que é nosso papel", explicou.

Ele lembrou, ainda, que algumas medidas já anunciadas pelo governo entrarão em vigor nos próximos dias. É o caso do microemprestímo, que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e alguns bancos privados oferecem a partir da próxima semana. "Não há um quadro de queda generalizada da atividade econômica", disse Palocci. "Há muita assimetria na economia brasileira, decorrente da crise que tivemos no ano passado", explicou.

Tanto a queda do compulsório quanto a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, ambos anunciados esta semana, são medidas de incentivo à atividade econômica que encontraram resistência na área técnica do governo. Palocci, porém, negou que elas tenham sido adotadas por razões políticas. Ele disse que, com relação às montadoras, tinha autorização do presidente Lula para adotar a medida que considerasse mais adequada. "Ele nem procurou discutir índices. Entendeu que era uma discussão técnica. Não foi uma medida política."

Da mesma forma, a redução do compulsório foi "uma decisão de política monetária do Banco Central", com base na avaliação sobre a tendência da inflação e da atividade econômica. "Não houve, nem da minha parte, nem da parte do presidente, qualquer iniciativa nesse sentido (de pressionar pela redução) porque não nos parece adequado, não tem efeito positivo na economia se essas medidas não são tomadas avaliando-se momentos e tendências", disse o ministro.